



Desafios no processo de produção de um veículo de comunicação comunitária, o *Jornal do Paraíso*¹

Priscila NOERNBERG²

Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC, Joinville, SC.

Resumo

Em julho de 2007 foi publicada a primeira edição do *Jornal do Paraíso*. O periódico é um veículo com caráter comunitário desenvolvido pela comunidade do bairro Jardim Paraíso, de Joinville, Santa Catarina, em parceria com o Núcleo de Estudos em Comunicação (Necom) do Curso de Comunicação Social do Bom Jesus/Ielusc. O texto permeia o refletir sobre o processo de elaboração do jornal. Pensar sobre esse processo, no entanto, requer uma reflexão sobre o que caracteriza um veículo comunitário: a sua comunidade.

Palavras-chave: *Jornal do Paraíso*, processo de produção, jornalismo comunitário, comunidade

.

1. Um projeto de extensão nascido na *comunidade*

Em 2006, representantes de organizações sociais do bairro Jardim Paraíso, de Joinville, decidiram criar um jornal impresso. A idéia surgiu da estigmatização de bairro mais violento da cidade, segundo estes líderes, que a mídia local fizera. A propagação do *juízo de gosto* do bairro “ser o mais violento da cidade” pode ser explicada por Bauman (2003) através da retomada do conceito de *comunidade estética de Kant*. Para que essa possa existir não é necessário a experiência, mas o simples fato de concordar, ou não, com o julgamento. Se o princípio básico do juízo kantiano, que o apresentava como subjetivo e universal, universal pelo desejo e imposição de que o juízo fosse acatado, então, podemos propor a configuração de uma *comunidade estética* em Joinville que fora caracterizada pelo consentimento dos joinvilenses que não residem no Paraíso. Bauman afirma que as escolhas não são definitivas nem compromissos, assim, a vulnerabilidade do compartilhamento do gosto torna essa comunidade propensa tanto à autoperpetuação, quanto à autodestruição.

¹ Trabalho apresentado no GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – Jornada de iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso Jornalismo do IELUSC, bolsista do Projeto de Extensão *Jornal do Paraíso*, realizado pelo Núcleo de Estudos da Comunicação (Necom-IELUSC), email: pri.noernberg@hotmail.com



A fragilidade deste grupo e o ato de não concordar com o juízo pode ter ocasionado em alguns moradores do Paraíso o que Mafesolli (2006) chama de *comunidade estética*, porém, estética no sentido de expressão da vontade coletiva, do como se vive. Como resposta, viera a mobilização. Reconhecendo que não dominavam as técnicas de produção e edição características da forma jornalística – o que Cicília Peruzzo (1998) define como *apropriação dos meios técnicos* – eles procuraram o Curso de Jornalismo do Bom Jesus/Ielusc, que abraçou a idéia da elaboração do veículo como forma de projeto de extensão. O que os representantes das organizações sociais desejavam era criar um jornal voltado aos moradores do Jardim Paraíso. Almejavam, através de um veículo para o qual a própria comunidade pudesse gerar informação local, resgatar a auto-estima de quem vive no bairro, trocar experiências, promover ética, cidadania e gerar intercâmbio entre ações as organizações locais.

O Núcleo de Estudos em Comunicação (Necom) do Bom Jesus/IELUSC assumiu o diálogo com a comunidade no processo de discussão do projeto gráfico e linha editorial da publicação, que aconteceu em parceria com Núcleo de Expressão Gráfica (Negra) entre março e junho de 2007. “Os representantes comunitários decidiram pelo nome de ‘Jornal do Paraíso’, para um jornal em formato tablóide, de periodicidade mensal, com oito páginas, capa/contra-capa e páginas centrais em cores”³. A primeira edição do Jornal do Paraíso foi publicada em julho de 2007.

A teoria etnoconstrucionista, problematizada por Nelson Traquina (2001), através do resgate de Gaye Tuchman, ressalta que o processo de produção é um processo interativo, no qual vários agentes sociais exercem um papel ativo de negociação constante. O processo de elaboração do Jornal do Paraíso prevê duas reuniões mensais com todo o conselho editorial do jornal que é formado por 11 pessoas que representam o conselho de segurança local; as associações de moradores; Igrejas de várias denominações; educação; meio ambiente; serviços públicos; comunicação; educação infantil; comércio e indústria; saúde. Somados ao grupo, há um representante do Bom Jesus/Ielusc. Grande parcela desta equipe esteve presente na construção e nascimento do projeto, além de comporem o Conselho Comunitário do Paraíso.

³ LACERDA, Juciano de Sousa. NOERNBERG, Priscila. Notícias do Paraíso: considerações sobre os três primeiros meses de um jornal comunitário. Revista PJ:Br (São Paulo), v. 9, p. 13 páginas, 2007a, disponível em <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografias9_e.htm>, acesso em 15 de mar. 2008.



O primeiro encontro ocorre sempre na primeira terça-feira de cada mês. Nesta ocasião é decidido o tema principal. Cada segmento traz a sua pauta, que também são debatidas por toda a equipe. Eu, a bolsista de jornalismo disponibilizada pelo Ielusc, sou responsável pela matéria central, que é pautada pela temática base do jornal e pela produção de mais uma notícia. A outra parte do material é elaborada pelas entidades representadas no conselho. Há um prazo para a entrega dos textos elaborados, que são revisados e editados pelo professor-orientador Dr. Juciano Lacerda e por mim. O resultado é apresentado numa reunião de fechamento do periódico, com uma pré-diagramação dos textos acompanhada dos originais enviados pelos autores. Assim, os membros do conselho podem comparar e identificar as mudanças para aprová-las ou solicitar adaptações.

Todo este procedimento tem como fruto o Jornal do Paraíso, que é definido pelos que elaboram-no como jornal comunitário. No entanto, de que maneira este *sistema produtivo* (VERÓN, 2004), configurado pela articulação entre as rotinas de *produção* e *reconhecimento* dos discursos e permeado por relações de poder, pode ser caracterizado como jornalismo comunitário? Algumas experiências concretas, como a realizada por Amarildo Carnicel (2004), definem esta prática como um veículo cujo objetivo é estabelecer um diálogo entre os membros da comunidade através da abertura de espaço para estas pessoas manifestarem seus anseios, desejos e ações. No entanto, que comunidade é esta?

2. A comunidade do Jardim Paraíso

Raquel Paiva (2007) concebe a vida comunitária como uma possibilidade de experimentação de vínculos. Sejam eles de ordem territorial, das relações entre história e seres humanos, entre estes e a natureza e o cosmo. Bauman (2003) apresenta o conceito de comunidade como um lugar de conforto e aconchego diferente ‘do mundo lá fora’, onde não há segurança. Então este espaço se traduz como um local de relaxamento e segurança no qual reinam a confiança e o entendimento. Às vezes, a discussão permeia ‘o como fazer’, mas o desejo de bem consigo e com os outros perpassa a todos os integrantes do grupo. Esses significados evocam a sensação daquilo que nos falta, de um paraíso que, infelizmente, não podemos conquistar, mesmo tendo o anseio de que, um dia, o alcancemos.



Comunidade é nos dias de hoje outro nome de paraíso perdido – mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá. Paraíso perdido ou paraíso ainda esperado; de uma maneira ou de outra, não se trata de um paraíso que habitemos e nem de um paraíso que conheçamos a partir de nossa própria experiência. Talvez seja um paraíso precisamente por essa razão. A imaginação, diferente das duras realidades da vida, é produto da liberdade desenfreada (BAUMAN, 2003, p. 9).

Essa comunidade postulada se alimenta da diferença existente entre a imaginação de um paraíso perdido, e que é possível reaver, e a realidade realmente existente – aquela que sonha com a retomada do paraíso. É alimentado por esse anseio e em busca deste *Paraíso* que, talvez, nunca existiu, o conselho editorial do *Jornal do Paraíso* elabora a cada edição materiais sobre uma comunidade e um bairro marcados não apenas pela violência, mas pelas conquistas populares.

Seria o próprio veículo um precursor da construção dessa comunidade? Bauman explica que a comunidade real se alimenta do desejo da retomada do paraíso perdido, mas se realmente estivéssemos a seu alcance, expõe o autor, “exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar” (BAUMAN, 2003, p. 10). Seria, então, a experiência do compartilhamento do desejo desta conquista de um *Paraíso* melhor a configuração de uma comunidade?

Bauman aponta que, no decorrer desta busca, a proteção e a autonomia são atributos valorizados, mas, mesmo sabendo do risco de perder a individualidade, a segurança encontrada na comunidade ainda faz o anseio permanecer. Fora do grupo, conforto e a segurança seriam trocados pela liberdade. O conflito nunca será resolvido e o tencionamento provocará ausência do prazer que era imaginado na vida em comunidade. O descontentamento com as soluções encontradas nessa tensão ou a falta delas fará com que a busca pela comunidade seja abandonada, mas não as tentativas para a realização do sonho. “Sendo humanos, não podemos realizar a esperança, nem deixar de tê-la” (BAUMAN, 2003, p. 9).

Seria realmente a busca pela segurança o fator congregador ou o anseio pela força e a credibilidade que um grupo unido traz? O aconchego de Bauman viria através da experiência entre os indivíduos. Já a perda da autonomia não seria algo desestimulante, pois o sujeito teria a chance de (re) configurar sua identidade através da congregação, o que ocasionaria, até certo ponto, o resgate de sua auto-estima.



Tönnies (1973) assinala que o entendimento de *estar em comunidade* é tão *tácito* e natural, que esse reconhecimento passa despercebido. Quando ele se torna autoconsciente, deixa de existir. Bauman (2003) aponta que a comunidade que fala de si mesma é uma contradição em termos. Essa comunidade estaria imune à reflexão, contestação e discussão, mas o entendimento comum de hoje e ‘artificialmente produzido’, é a única forma de unidade disponível. Assim, a comunidade de entendimento comum precisará sempre de vigilância, defesa e reforço se um dia for alcançada. A comunidade ‘realmente existente’ onde reinam a confiança e o entendimento e onde se teria aconchego e segurança “se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e freqüentemente assolada pela discórdia interna” (BAUMAN, 2003, p. 19).

Uma vez partida, a comunidade não poderá ser refeita. Caso isso aconteça, será pelo anseio de sair da insegurança que afeta o sujeito fora do círculo de aconchego. No entanto, a segurança fora da comunidade pode, talvez, ser oferecida pela identidade. Ou, ainda, a identidade pode ser a “substituta da comunidade”. Ambas podem existir na imaginação como objetos de desejos e de confiança (BAUMAN, 2003.). Porém, ao exercer o papel de consoladora, a identidade precisa trair sua origem: “A identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos” (BAUMAN, 2003, p. 20). Mas não seria possível construir uma identidade dentro da comunidade? Segundo Bauman, a solidão da busca pela identidade seria amenizada pela ‘*comunidade-cabide*’, “local” onde se penduram, em conjunto e temporariamente, os medos e ansiedades individualmente experimentadas durante a busca. As pessoas envolvidas na batalha pela real concretização da identidade temem a realização do desejo e, assim como a comunidade, a busca pela identidade torna-se um processo inacabado. A não concretização do anseio comunitário e individual ratifica a promessa de autonomia paradisíaca e o desfazer-se de uma identidade no instante em que ela deixa de ser atraente (justamente pela competição com outras identidades) torna-a “muito mais atraente do que o ‘realismo’ da identidade buscada ou momentaneamente apropriada” (BAUMAN, 2003, p. 61 – 62). Porém, se o processo de construção de identidade é um processo não-isolado e a configuração de uma identidade se dá justamente na relação entre os sujeitos, porque, então, a comunidade não seria um local para resgatar essa auto-estima?



3. União pelo juízo de gosto

O desfazer-se e o recompor-se (de outra maneira) da comunidade devem ser motivados pelas escolhas feitas pelo sujeito que a compõe. Estas escolhas não são definitivas, não são compromissos. Esse vínculo “não eterno” surge no que Bauman define como a *comunidade estética* de Kant, onde a identidade parece dividir seu lugar existencial com a beleza, que tem o acordo vastamente partilhado numa aceitação consensual do juízo.

Assim como a beleza se resume à experiência artística, a comunidade em questão se apresenta e é consumida no ‘círculo aconchegante’ da experiência. Sua ‘objetividade’ é tecida como os transitórios fios dos juízos subjetivos, embora o fato de que eles sejam tecidos juntos empreste a esses juízos um toque de objetividade (BAUMAN, 2003, p. 62).

Essa comunidade estética de Bauman, ao ser experimentada, se necessitasse de credenciais negociáveis, trairia a liberdade de seus componentes e precisaria deixar as saídas abertas. Ela deixaria de desempenhar o papel tranquilizador, de segurança e aconchego, caso tornasse evidente a falta de conexão ou poder vinculante entre seus membros. Quanto menos plausíveis forem os juízos promulgados pelas escolhas “[..] (e portanto menos provável que sejam amplamente compartilhadas e menos ainda seguidas) tanto mais paixão será necessária para unir a associação subitamente vulnerável dos fiéis” (BAUMAN, 2003, p. 63).

Gianni Vattimo (2007) relembra que Kant, na *Crítica do Juízo*, traz o juízo de gosto como uma apreciação livre de valores referenciais, moralistas ou cognitivos. O juízo puro, universal, acontece ao contemplar pelo simples ato da contemplação. Essa experiência pura do juízo do belo poderia levar-nos a identificar uma experiência

[...] vivida em comunidade, que não é nem idêntica ao prazer da descoberta científica ou de uma afinidade moral, mas é um sentir-se ‘bem’ com o nosso próximo na contemplação, ou ainda na apreciação de certos objetos, não enquanto úteis, ou enquanto bons, ou enquanto verdadeiros, e sim justamente enquanto belos (VATTIMO, 2007, p. 64).



No entanto, a comunidade estética é formada apenas pelo juízo do gosto pelo belo ou a rejeição ao juízo ou, ainda, a rejeição de algo enquanto belo também pode ser considerada uma comunidade estética? Para Maffesoli (2006) a estética não se resume a uma questão de gosto ou de conteúdo. O que interessa é a forma pura da estética: como se demonstra a sensação coletiva, como se vive e como uma faculdade comum de sentir e de experimentar. Mesmo que conflitual é a experiência do outro que fundamenta a comunidade.

É por meio do neotribalismo – caracterizado pela fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão – que, segundo Maffesoli, pode-se observar o “espetáculo” das ruas: *hippes, emos*. “Através de sucessivas sedimentações constitui-se a ambiência estética” (MAFFESOLI, 2006, p.133). O agrupar-se e identificar-se com esses grupos, mesmo que por um curto espaço de tempo, gera um forte envolvimento emocional.

A estética experimentada e a representação de papéis, são as características da socialidade. A *persona* representa nas diversas tribos em que participa e ao mudar “o seu figurino, ela vai, de acordo com seus gostos (sexuais, culturais, religiosos amicais) assumir o seu lugar, a cada dia, nas diversas peças do *theatrum mundi*” (MAFFESOLI, 2006, p.133). Se a socialidade for a forma essencial da sociedade contemporânea, podemos aplicar o conceito nas *tribos* do Jardim Paraíso. Muitos dos que participam do Conselho Editorial do Jornal do Paraíso, também atuam no Conselho Comunitário do bairro e a postura destes líderes em cada grupo é distinta. Determinadas posturas adotadas nas reuniões do jornal, são diferentes das do Conselho Comunitário. Seja pelo medo de terem seus desabafos publicados ou pela falta de percepção de que os fatos relatados nas reuniões comunitárias tornar-se-iam ótimas pautas.

Apesar das representações, o fator que leva estas pessoas a participarem destas reuniões está ligado à estética de Maffesoli, pois essa teatralidade apresentada nos grupos instaura e reafirma a comunidade. Além de ser um meio para experimentar, a estética e até mesmo a comunidade é um meio de reconhecer-se. E, tanto no conselho editorial quanto no comunitário, como não se reconhecer num grupo onde as pessoas compartilham problemas comuns, sejam elas moradores daquele bairro ou não?

4. O processo de produção e a comunidade



José Marques de Melo (2006), no final da década de 1970, propõe que, para se configurar um *autêntico* veículo comunitário, este deve ser elaborado “pela e para a comunidade”. Para Cecília Peruzzo (1998), não há consenso e os debates quanto à questão da participação no processo de produção ainda não estão encerrados.

Alguns argumentam que ela é inviável devido às características dos próprios meios, sendo difícil, por exemplo, empenhar todo um grupo social na produção de um jornal. Para nós, é evidente que isso seria improdutivo! Contudo, não se pode prescindir de mecanismos de representatividade nem de metodologias apropriadas para sua efetivação (PERUZZO, 1998, p. 147).

A observação da autora fica clara no Jornal do Paraíso. Ainda não conseguimos empenhar todo o grupo social na elaboração do jornal, seria utópico pensar em 100% de adesão, no entanto, esse mecanismo de representatividade nem sempre é produtivo. No processo de produção do material que será publicado, cada conselheiro fica responsável pela pauta de cada setor de atuação, porém não cabe a ele a execução. A idéia é que ocorra um redirecionamento. No artigo apresentado no IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul⁴, pesquisamos⁵ alguns níveis de participação. Desde a primeira publicação (em julho de 2007) até março de 2008, apenas 8% das matérias foram elaboradas por pessoas que não tinham nenhum tipo de ligação com esses representantes. Vinte e sete por cento do material foi produzido pelos próprios conselheiros, enquanto 34% foram realizadas a partir de algum tipo de designação. Quando o assunto discutido pelo jornal refere-se à saúde, quem detém o poder da colaboração é a conselheira. Dos textos vindos desta área, 88,8% são produzidos pela representante no conselho editorial.

Outro problema enfrentado no Jornal é o retorno do leitor. Durante esse primeiro ano de publicação não houve nenhuma ligação, carta, e-mail ou sugestão de pauta dos demais moradores do bairro. Essa problemática provém da má distribuição e circulação. Segundo Cicília, além de alcançar a um número restrito de moradores, geralmente os veículos chegam àqueles sensibilizados ou já conscientizados sobre a luta e o papel da publicação.

⁴ “Participação comunitária no Jornal do Paraíso: desafios e perspectivas”. Trabalho apresentado no GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais, do Inovcom, evento componente do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

⁵ Professor doutor Juciano de Sousa Lacerda e eu.



Para que essa comunicação possa ser efetivada, Verón (2004) sustenta a hipótese de um *contrato de leitura*, que é o lugar proposto pelo enunciador ao destinatário. Segundo ele, “posição didática ou não, transparência ou opacidade, distância ou diálogo, objetividade ou cumplicidade, partilha de valores no nível do dito ou no plano das modalidades do dizer e forte articulação dos níveis ou discursos montados” são uns dos pontos capazes de construir este contrato com o leitor que, através do estudo de *efeito de sentido e do reconhecimento*, apresentado por Verón pode ou não caracterizar o jornal como comunitário.

Refletir sobre o lugar das condições de produção, sobre o lugar da construção do produto e dos efeitos de sentido e o reconhecimento proporcionado por esse processo seria pensar “o processo como uma complexa estrutura em dominância, sustentada através da articulação de práticas conectadas, em que cada qual, no entanto, mantém sua distinção e tem sua modalidade específica, suas próprias formas e condições de existência” (HALL, 2003).

A notícia é definida por Nelson Traquina (2001) como o resultado de um processo de produção, caracterizado pela seleção, percepção e transformação de uma matéria-prima num produto. As condições para que isso aconteça, então, interferem diretamente no resultado final. Uma destas interferências, segundo a teoria etnoconstrucionista, provém do fator tempo. Para Traquina, as empresas jornalísticas tentam impor uma estrutura sobre o tempo, afinal, os jornais precisam, todos os dias, chegar aos seus leitores.

No Jornal do Paraíso, este fator foi delimitado no espaço de um mês. A cada trinta dias, uma nova edição é publicada e, para que isso aconteça, é necessário demarcar prazos. O tempo de produção de um jornal, no entanto, é diferente do tempo de uma comunidade e isto acarreta adaptações. No final do ano passado foi lançado uma edição especial que circularia por três meses – janeiro, fevereiro e março – porque, como a publicação é editada na faculdade, e neste período ela estaria em recesso, não poderíamos utilizar a estrutura do Bom Jesus. Em 2008, a familiarização entre a comunidade e o veículo e entre as pessoas que auxiliam diretamente no processo de produção e com as práticas jornalísticas, provavelmente será publicada uma edição para dezembro e janeiro e outra para fevereiro e março.



Traquina (2001) retoma a discussão que Gaye Tuchman faz sobre esse ritmo de trabalho. O valor do imediatismo, a definição do jornalismo como relatos atuais sobre acontecimentos atuais tem por consequência, segundo Tuchman, numa ênfase nos acontecimentos, não na problemática. Um dos objetivos do *Jornal do Paraíso*, ao contrário, é a busca pela problematização dos acontecimentos relatados. Mas devido às condições encontradas, que são semelhantes, porém não iguais as do jornalismo comercial, isso nem sempre é realizado.

Se no dia-a-dia dos jornalistas a rotina do esperado, tencionada pela teoria etnoconstrucionista, traz como consequência a dependência nos canais que geralmente são utilizados (Por exemplo, se a fonte do repórter de polícia for sempre o delegado Fulano), no processo de elaboração do *Jornal do Paraíso*, os fatos não são distintos, principalmente quando a indicação das fontes parte sempre dos mesmos sujeitos. Isso implica em fontes habituadas ao trabalho jornalístico. Se o assunto é o problema da falta de odontologista na unidade de saúde, o presidente da Associação de Moradores do Paraíso mostra o número de ofícios encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde. Se a pauta apresenta a reforma da quadra de areia do bairro, o mesmo representante é indicado como um dos percussores da iniciativa. Até que ponto a escolha por determinada fonte caracteriza o resultado final?

Considerações

Ainda não está claro em que medida a experiência da comunidade interfere (ou não) no resultado final do *Jornal do Paraíso*. Penso não a comunidade enquanto o *Paraíso* perdido que aquelas pessoas tentam resgatar, mas sim na experiência estética. Na estética de Maffesoli, do como se vive, e na experiência estética de Vattimo e de Bauman do juízo de gosto. Enfim, a experiência comunitária não, necessariamente, como a definida por Paiva: da experimentação de vínculos, mas a experiência do compartilhamento de gosto, e de anseios.

É difícil, através das conceituações de jornalismo comunitário (MELO, CARNICEL) compreender como a notícia se constrói, ou seja, o fruto de um processo de produção em que as condições desse procedimento interferem diretamente no resultado. Afinal, o tempo de produção de um jornal é diferente do tempo de uma comunidade. Por isso, antes de tentar compreender o processo de produção de um



veículo comunitário e o que o caracteriza como tal, é preciso refletir sobre a experiência da comunidade, seja como ela for.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARNICEL, Amarildo. O jornal comunitário e a educação não-formal: experiências e reflexões. In: FUSER, Bruno (org). **Comunicação Alternativa: Cenários e perspectivas**. Campinas: PUC -Campinas/ Centro de Memória da UNICAMP, 2005, p. 45-74.

CHARAUDAEAU, Patrick. Introdução In: CHARAUDAEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 15 – 29.

PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropoligal Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura Sociológica**, Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. (preciso buscar essa informação).

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 387 – 404.

LACERDA, Juciano de Sousa. NOERNBERG, Priscila. Notícias do Paraíso: considerações sobre os três primeiros meses de um jornal comunitário. **Revista PJ:Br** (São Paulo), v. 9, p. 13 páginas, 2007a, disponível em <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografias9_e.htm>, acesso em 15 de mar. 2008.

LAGO, Cláudia. Antropologia e Jornalismo: uma questão de método. In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia Benetti (org). Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. (preciso buscar essa informação!)

MAFFESOLI, Michel. O tribalismo. In: MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. In: 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 126-170.



MELO, José Marques de. **Jornalismo Comunitário: o fortalecimento da cidadania.** In: MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras.** São Paulo: Paulus, 2006, p. 125 – 144.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária In: PAIVA, Raquel (org). **O retorno da comunidade.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 133-148.

PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. Teorias das notícias: o estudo do jornalismo no século XX. In: TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** Editora Unissinos. São Leopoldo, 2001, p. 49 – 126.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade.** São Paulo: Editora Usp, 1973, p.96 – 116.

VERÓN, Eliseo. Quando ler é fazer: a enunciação do discurso da imprensa escrita (1984); Imprensa escrita e teoria dos discursos sociais: produção recepção, regulação (1988); A publicidade ou os mistérios da recepção (1994). In: VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido.** Editora Unisinos. São Leopoldo, 2004, p.215 – 272.